



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 626 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>27</u> / <u>11</u> / <u>2008</u>
Secretária da Mesa <u>Recebeu</u>

Assunto: Situação na empresa Agrovil / Lomar / Braga

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

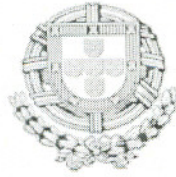
Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Os cerca de 60 trabalhadores da Agrovil, empresa metalomecânica, entraram em greve no passado dia 17 de Novembro pelo pagamento de 50% do salário de Outubro, do 13º mês de 2007 e do subsídio de férias de 2008. No dia 19 a Administração encerrou as instalações, vedando aos trabalhadores a entrada na empresa, concretizando assim o que se configura como um *lock out*.

Os trabalhadores, em várias declarações públicas, referem que a empresa tinha encomendas para assegurar a laboração mas que se tem confrontado com falta de matéria-prima, por não assunção dos compromissos com fornecedores. Simultaneamente, referem a passagem de alguns trabalhadores para a empresa Palcoveloz, do mesmo proprietário e sediado no mesmo local.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a avaliação da situação económico-financeira da empresa? Que apoios públicos lhe foram dados nos últimos anos? Que razões são referidas pela sua Administração para não cumprir os pagamentos devidos aos trabalhadores?
2. Tendo sido tornado pública a realização de uma reunião da ACT com a Administração



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

da empresa, que considerações faz o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social sobre o seu futuro? Está nas intenções da Administração o seu encerramento e a transferência de equipamentos e trabalhadores para a Palcoveloz?

3. Como avalia o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a decisão da empresa de a encerrar no dia 19 de Novembro? Tal decisão configura ou não um *lock out*? Que medidas foram tomadas oficialmente quanto a tal decisão?

Palácio de S. Bento, 26 de Novembro de 2008

Deputado

Agostinho Lopes